

# O papel da extensão universitária na agenda de inclusão educacional e social

Conferência de abertura do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, realizada no dia 12 de setembro de 2004.



Ricardo Henriques  
Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC).

A extensão universitária, nos últimos anos, caminha, de forma sólida, na direção de superar e de transcender a natureza por vezes esporádica e segmentada das suas atividades. Busca, assim, contrapor e suplantar uma visão reducionista que considera a extensão como uma atividade de caráter assistencialista e estritamente secundária em relação às atividades precípua de ensino e pesquisa. O desafio que se coloca para a comunidade acadêmica é precisamente o de pensar, formular e implementar uma nova concepção de extensão que integre as instituições de ensino superior às comunidades do seu entorno, transformando-as em participantes e protagonistas de projetos de mudança, inclusão social e desenvolvimento sustentável. Este texto examina, ainda em caráter preliminar, o papel da extensão universitária na agenda de inclusão educacional e social.<sup>1</sup>

A construção coletiva deste novo enfoque é imperativa para dar efetividade ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ao transformá-lo em *práxis*, a Universidade resgata sua legitimidade perante a sociedade que a sustenta, assumindo o duplo papel de realizar a permanente reflexão crítica sobre a realidade e ao mesmo tempo atuar para transformá-la. Vivemos um momento profícuo de debates sobre o conceito e a organização da extensão no contexto da reforma universitária. Este tema tem pautado a atuação do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas, ao qual devemos creditar os importantes avanços alcançados nos últimos anos e, especialmente, a oportunidade de participar deste esforço de consolidação de uma nova agenda de interação entre a universidade pública e a comunidade externa.

Ao constituir-se em um espaço de reflexão e troca de experiências, este Fórum contribuiu para a redefinição conceitual da extensão universitária, que abarca hoje um conjunto vasto e complexo de ações distribuídas em oito áreas temáticas: educação, saúde, comunicação, cultura, meio ambiente, direitos humanos, tecnologia e trabalho. A adoção desta nova concepção tem impactos que vão muito além da reorgani-

zação das atividades de extensão no âmbito de cada instituição de ensino superior. A extensão deixa de ser periférica para tornar-se um poderoso instrumento de articulação de políticas públicas, mobilizando as potencialidades e capacidades da Universidade e colocando-as a serviço da transformação efetiva das condições de vida da população brasileira. Embora as universidades públicas tenham assumido uma posição de liderança neste processo, tenho certeza que este esforço conta com o mesmo empenho e colaboração das universidades confessionais e comunitárias, bem como daquelas instituições particulares que têm consciência sobre a sua responsabilidade e função sociais.

Gostaria de mencionar aqui que quando assumi a Coordenação de Desenvolvimento Humano do Estado do Rio de Janeiro, no Governo Benedita da Silva (2002), reestruturamos a área social do governo buscando assegurar uma integração horizontal entre as políticas sociais, seguindo uma matriz muito parecida com a nova configuração da extensão universitária formulada pelo Fórum de Pró-Reitores. Como Coordenador de Desenvolvimento Humano, assumi a tarefa de articular e supervisionar o trabalho de oito secretarias, exatamente das oito áreas de políticas públicas listadas acima. Evidentemente, isso não foi uma mera coincidência. Na verdade, adotamos um modelo de gestão social que se beneficia do acúmulo de experiências realizadas em governos locais progressistas e das formulações teóricas delas decorrentes, que impulsionam o momento histórico de transformações que o Brasil atravessa. Estas experiências, informadas por um compromisso com a mudança social, permitem-nos repensar a relação entre nossos saberes e conhecimentos especializados e os saberes e conhecimentos populares. É precisamente a partir do estreitamento do diálogo e da interação entre a Universidade e os movimentos sociais que serão geradas as energias transformadoras de que o País tanto necessita. A extensão universitária deve tornar-se o veículo indutor desta interlocução permanente entre a universidade e a sociedade, sobretudo com os segmentos mais desfavorecidos.

Dado este reconhecimento, o ponto-chave para poder responder ao provocativo tema “[re] conhecer diferenças, construir resultados” é entender o papel da educação e sua relação com as políticas de desenvolvimento social e econômico. Qualquer reflexão séria sobre a

1. A realização deste 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária acontece num momento particularmente fértil e estimulante de debates, no qual a reforma do ensino superior assume um lugar de destaque na agenda nacional.

problemática educacional brasileira deve considerar, em primeiro lugar, o grau aviltante da exclusão e da desigualdade em nosso país. Como consequência direta do padrão brutal de concentração de renda e riquezas que caracteriza a sociedade brasileira, os números da exclusão são superlativos: mais de 55 milhões de brasileiros vivem em condição de pobreza, dos quais cerca de 24 milhões em situação de pobreza extrema. Ou seja, um em cada sete brasileiros vive abaixo da linha de subsistência.

Embora os números da pobreza e da exclusão tenham cada vez mais destaque na mídia, a sociedade brasileira parece assistir passivamente a manutenção de um sistema concentrador de riquezas que faculta aos 10% mais ricos da população apropriar-se de mais da metade da renda do País enquanto aos 50% mais pobres cabem apenas cerca de 10% da renda. Para uma medida ainda mais eloqüente do grau de concentração de renda no País basta notar que os 1% mais ricos que ocupam o topo da pirâmide social – algo como 1,7 milhão de pessoas – detêm mais renda do que a metade da população brasileira – um contingente de 85 milhões de pessoas. É importante ressaltar que esta comparação baseia-se exclusivamente na divisão do “bolo” da renda nacional, não levando em conta nenhuma variável de patrimônio e de riqueza acumulada. Se incluíssemos essas variáveis, a intensidade da desigualdade seria ainda mais chocante.

O que torna o cenário social brasileiro particularmente perturbador é a constatação de que o quadro de desigualdade permanece estável e “congelado” no mínimo há quatro décadas. Neste período, passamos por um regime militar, por um processo lento e gradual de abertura e de redemocratização, por uma assembléia nacional constituinte, pelo *impeachment* do primeiro presidente eleito pelo voto popular, por uma abertura desordenada da economia nacional liderada por preceitos do “consenso de Washington” e, finalmente, vivemos há dois anos a experiência inédita de um governo democrático sob hegemonia de um partido de esquerda. Além de atravessar sucessivas crises políticas e institucionais, o Brasil sobreviveu a diversos “tratamentos de choque” para estabilizar a economia nacional. Ao todo, foram contabilizados neste período 13 planos de estabilização. O último deles, lançado em 1994, foi o Plano Real.

Apesar de ter sido objeto de tantos experimentos políticos e econômicos nos últimos quarenta anos, o país ingressou no século XXI com um perfil, do ponto de vista da estrutura de distribuição de renda, que não é muito diferente daquele exibido no início dos anos 60. Conclui-se, portanto, que a despeito da variedade dos instrumentos aplicados, as mudanças sócio-econômicas tiveram efeitos quase que irrelevantes na dinâmica de mobilidade social e na estrutura de desigualdade.

Hoje, 52% das crianças de 0 a 6 anos de idade vivem em condição de pobreza. Ou seja, mais da metade das crianças brasileira são pobres. Quando nós desagregamos este dado por grupo étnico-racial, observamos que a pobreza atinge 35% das crianças brancas e 65%

das crianças negras. Portanto, vivemos sob um arranjo social que simplesmente condena dois terços da população negra à exclusão social desde a primeira infância. É preciso lembrar que os avanços recentes da neurociência demonstraram a importância crucial dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento psicomotor e cognitivo; estimando-se que cerca de 95% das capacidades cognitivas de uma pessoa sejam desenvolvidas entre o ventre materno e os 3 anos de idade. Diante das evidências empíricas de que as capacidades essenciais à aprendizagem, sociabilidade e interação com o mundo são estimuladas na primeira infância, não podemos aceitar passivamente o fato de que a maioria das crianças brasileiras de 0 a 6 anos continue vivendo na pobreza.

Ao destacar estes indicadores, quero chamar a atenção para o fato de que a sociedade brasileira parece ter naturalizado, de forma perversa, a desigualdade. A mídia, por sua vez, contribuiu para banalizá-la. Não causa surpresa, portanto, que muitos formadores de opinião tendem a atribuir a possibilidade de uma agenda de inclusão simplesmente aos efeitos do ajuste macroeconômico e do crescimento econômico. A posição secundária atribuída ao enfrentamento da desigualdade na agenda de desenvolvimento representa, na história brasileira recente, um vasto espectro doutrinário, da direita à esquerda, e estabelece um falso consenso entre as elites, os gestores públicos e até mesmo as contra-elites, o qual acaba produzindo uma prostração diante da desigualdade. Precisamos, portanto, construir uma reflexão crítica que permita “desnaturalizar” a desigualdade, tornando visíveis suas causas sociais, econômicas e culturais. Só assim poderemos criar instrumentos de política pública que enfrentem, com o rigor necessário, com a densidade necessária, as condições estruturais e as relações sociais geradoras da desigualdade social.

A educação está na origem dos níveis brutais de desigualdade com os quais nos acostumamos a conviver. A variável educacional tem efeito causal significativo, respondendo por cerca de dois terços do tamanho da nossa desigualdade socioeconômica, além de contribuir para perpetuá-la ao inviabilizar mobilidades sociais. Como a educação pode ser fator de aprofundamento e manutenção das desigualdades sociais e econômicas? Pela forma absurdamente iníqua como as oportunidades educacionais são distribuídas. Portanto, a desigualdade educacional está no âmago do processo de exclusão. O sistema educacional acaba funcionando como um mecanismo de reprodução social. A escola, vista como uma instituição meritocrática, opera no sentido de legitimar as desigualdades. Contraditoriamente, a educação tem sido afirmada e reafirmada em inúmeros estatutos legais como um direito inalienável de todos os brasileiros e, ao mesmo tempo, como instrumento de inclusão e cidadania. Para cumprir este papel, a educação deve ser de qualidade para todos.

Mas para garantir uma educação democrática e inclusiva – que hoje é consenso no diagnóstico e na retórica dos organismos nacionais e internacionais – são

necessários alguns instrumentos-chaves que estão ausentes ou não suficientemente desenvolvidos no Brasil. Requer-se uma ruptura que coloque a educação não apenas como tema central da agenda social, mas como elemento primordial do projeto de desenvolvimento. Ou seja, é absolutamente indispensável que a educação adquira prioridade absoluta na agenda de políticas públicas. Só assim será possível avançarmos na promoção de uma educação de qualidade para todos, sobretudo para os mais pobres.

Quando houver um acordo efetivo que coloque a educação no topo da agenda nacional, então poderemos enfrentar algo que é muito comum na América Latina, que é uma síndrome de dependência de programas compensatórios. Não é possível assumirmos uma agenda que se contente só com políticas assistenciais, embora, num primeiro momento, elas sejam fundamentais para aliviar a pobreza. Com esta visão estratégica, o governo Lula promoveu mudanças significativas na área das políticas sociais, que culminaram com a criação do Programa Bolsa-Família, permitindo uma focalização maior do gasto social e uma melhor coordenação dos esforços de transferência de renda dos três níveis de governo. Esta iniciativa responde ao chamado tantas vezes repetido pelo Betinho: a fome tem pressa, tem urgência.

No entanto, a mudança mais importante que está em curso no Brasil é uma mudança de mentalidade. Há hoje um amplo entendimento de que temos necessidade, sim, de políticas compensatórias eficientes de transferência de renda, que atendam todo o contingente populacional excluído. Todavia, a novidade que emerge dos movimentos sociais é uma crescente pressão por políticas redistributivas. Já não bastam políticas compensatórias. É preciso que, simultaneamente, seja assumida uma agenda de reformas que tenha como elemento nucleador uma transformação da estrutura que está na origem da exclusão. E para isso, a educação de qualidade é absolutamente fundamental.

Para responder a este desafio, o ministro Tarso Genro definiu quatro eixos estratégicos para ação do Ministério da Educação: a garantia de qualidade do sistema de educação básica, a expansão do ensino profissional e tecnológico, a reforma da educação superior e alfabetização e a inclusão social. Em primeiro lugar se, efetivamente, queremos discutir e mudar a agenda de desenvolvimento do país, é vital repensar os mecanismos de financiamento da educação básica como um todo, cobrindo desde a educação infantil até o ensino médio, com a obrigatoriedade de um ciclo de 9 anos para o ensino fundamental e contemplando as suas diversas modalidades (educação de jovens e adultos, educação escolar indígena, educação especial, educação do campo, etc.). Com este objetivo, foi concebida a proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Este novo modelo de financiamento deverá assegurar o desenvolvimento integral e integrado da Educa-

ção Básica. Trata-se de um sistema de pactuação e de compartilhamento de responsabilidade entre o governo federal e os governos estaduais e municipais, tendo a sociedade por fiadora. O Fundeb pretende garantir a equalização do financiamento da escola pública e a previsibilidade dos recursos, assegurando, assim, condições mais favoráveis para um planejamento da oferta, balizado pela questão da qualidade. É por isso que o ministro da Educação, Tarso Genro, tem apontado o Fundeb como uma das pedras angulares para que seja assegurado o direito de todos a uma educação com qualidade. Dadas às características do sistema tributário brasileiro e ao perfil altamente descentralizado da educação básica, a constituição deste fundo é essencial para corrigir as disparidades regionais e intra-estaduais.

Quem já teve a oportunidade e responsabilidade pública de exercer função executiva em uma secretaria municipal ou estadual ou algum órgão do governo federal sabe que a disputa pelos recursos, sempre escassos, é muito grande. Portanto, não podemos subestimar a importância da vinculação de recursos orçamentários para as políticas sociais e, sobretudo, de um sistema de financiamento compartilhado e redistributivo. Para fazer frente às gritantes iniquidades na educação, é fundamental constituir um fundo público que garanta patamares mínimos de gastos em todos os níveis e modalidades da educação básica. Além de assegurar a equalização do financiamento, o Fundeb reflete uma perspectiva de mudança na estrutura curricular, na qualificação de professores, na infra-estrutura escolar, no sistema de acesso e, sobretudo, no sistema de permanência na escola pública.

O segundo eixo estratégico da política educacional do governo Lula é a educação técnica e profissional, à qual se atribui uma importância capital para o desenvolvimento sustentável do País. A ampliação das oportunidades de formação profissional é parte de uma agenda mais ampla de políticas públicas para a juventude. Na sociedade do conhecimento em que vivemos, é preciso encurtar a distância entre a escola e o mundo do trabalho, oferecendo aos jovens diferentes opções e trajetórias educacionais que facilitem o acesso a oportunidades de emprego. Com este objetivo, o governo revogou decreto que determinava a separação entre o ensino médio e o ensino profissional, permitindo compatibilizar a educação geral com a formação para o trabalho. Esta reforma, coerente com o espírito da LDB, vai permitir a ampliação do ensino técnico e profissional, atendendo, assim, a crescente demanda por esta modalidade de ensino.

O terceiro eixo estratégico é a reforma do ensino superior. Seu objetivo central é o fortalecimento, democratização e aumento da qualidade da educação superior. O projeto de reforma, que está sendo construído com a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade acadêmica e das representações da sociedade civil, deve contribuir para valorizar a universidade como instituição vital para o desenvolvimento sus-

tentável e para a inclusão social. A reforma pretende ainda criar condições para a expansão do setor público. As universidades públicas, a despeito do descaso com que foram tratadas por governos anteriores, permanecem como referência de qualidade para todo o sistema de educação superior. O reconhecimento internacional da nossa pós-graduação é a melhor evidência da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas pelas instituições públicas.

Entretanto, a universidade brasileira ainda tem as feições definidas pela controvertida reforma de 68. Por isso, é de causar profunda estranheza e espanto que alguns segmentos universitários, ainda que minoritários, tentem interditar a discussão democrática da reforma universitária. Esta postura é conservadora no pior sentido, pois quer preservar estruturas obsoletas que sempre foram denunciadas como obstáculos ao fortalecimento da universidade pública. Portanto, o debate atual em torno da reforma universitária recoloca na agenda política do País uma das tarefas tardias da redemocratização. A universidade, que sempre foi vanguarda das mudanças políticas, sociais e culturais, não pode assumir uma postura defensiva quando se trata de refletir criticamente sobre a sua função social e organização. O ponto de partida deste debate é o questionamento da universidade à luz das transformações políticas, econômicas e tecnológicas que ocorreram desde que a reforma de 68 definiu seus contornos atuais. É preciso, portanto, examinar a reforma que vigorou no passado, com seus avanços e limites.

A questão central que se coloca no debate da reforma universitária é a redefinição da relação entre a universidade, o Estado e a sociedade. A tríade que aí se estabelece entre universidade-Estado, universidade-sociedade e universidade-universidade demarca o espaço institucional no qual a Universidade conquista sua legitimidade e relevância social. Neste sentido, a reforma universitária fortalece o papel da educação superior no projeto de desenvolvimento nacional, que passa necessariamente pela ampliação da oferta de vagas, com qualidade. A democratização do acesso à universidade será efetivada ainda por meio de políticas de ação afirmativa que buscam garantir equidade de oportunidades para os grupos socialmente desfavorecidos e historicamente excluídos.

Esta agenda de inclusão respeita a autonomia universitária, atribuindo a cada instituição a prerrogativa de estabelecer critérios de admissão que garantam a participação de estudantes oriundos de escolas públicas, afro-descendentes e indígenas. Aliás, um dos eixos estruturantes da reforma é precisamente estabelecer as condições necessárias para que a universidade possa exercer a sua autonomia acadêmica, administrativa e financeira. Dois componentes da reforma são absolutamente essenciais para assegurar a autonomia universitária: (1) a definição de um sistema de financiamento consistente com a missão e a natureza das atividades da universidade; (2) o estabelecimento de um sistema

de avaliação que estimule a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica no esforço pela melhoria da qualidade. Com a autonomia financeira, as instituições federais de ensino superior deverão ter assegurado um volume adequado de recursos orçamentários para custeio e investimento.

Outro importante instrumento que se incorpora ao projeto da reforma universitária é o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que deverá ser elaborado pelas instituições de ensino superior, públicas e privadas, a cada cinco anos. No caso das instituições federais, o PDI será levado em conta pelo Ministério da Educação na liberação de recursos para investimentos em projetos de expansão. Ao elaborar o seu PDI, as instituições de ensino superior deverão comprometer-se com metas de qualidade, tornando, assim, mais transparente sua relação com a comunidade interna e externa. Obviamente, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) servirá tanto para subsidiar a formulação do PDI quanto para a aferição dos resultados alcançados pelas instituições vis-à-vis as metas estipuladas.

O SINAES concebe a avaliação como um processo formativo, que requer a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade acadêmica. Seu objetivo não é oferecer apenas uma medida do desempenho dos alunos, como era o Provão, mas incentivar os esforços continuados para melhoria da qualidade e garantir a transparência das instituições de ensino superior, públicas e privadas, no cumprimento da sua função social. Para exercer este papel, o SINAES combina o uso de um conjunto de metodologias e instrumentos avaliativos que permitem considerar, entre outras dimensões, a relevância da instituição, as condições de acesso, oferta e permanência, a qualidade dos cursos, a interação com a comunidade e os programas de extensão mantidos pela instituição.

O quarto eixo estratégico da atual política educacional, que está diretamente relacionado ao tema deste congresso – “Universidade, Extensão e Cidadania” – é alfabetização e inclusão social. A definição deste eixo representa, antes de tudo, o reconhecimento de que o Estado brasileiro tem falhado sistematicamente em atender as demandas educacionais dos grupos socialmente mais desfavorecidos. O compromisso assumido pelo governo Lula de promover políticas públicas inclusivas que respondam a estas demandas realiza, portanto, uma profunda inflexão na agenda educacional nacional. Para dar conta desta tarefa, o MEC passou por uma profunda reestruturação organizacional, efetivada em junho de 2004, cuja principal novidade foi a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

Esta nova secretaria recebeu como principal tarefa formular e implementar – em colaboração com os demais níveis de governo e com a participação efetiva dos sujeitos sociais envolvidos – uma agenda de políti-

cas públicas voltada para a inclusão educacional, em estreita articulação com as demais políticas de inclusão social do governo federal. A abordagem adotada pela SECAD redefine, tanto do ponto de vista das prioridades políticas quando do formato institucional, a atuação do MEC no enfrentamento da dívida educacional com os grupos socialmente desfavorecidos. Em primeiro lugar, ao comprometer-se com uma agenda para a diversidade e a inclusão educacional, o MEC reconhece a insuficiência de políticas universais para garantir o direito de todos a uma educação de qualidade e afirma a importância de se criar políticas públicas que reconheçam as diferenças e respondam às demandas específicas dos grupos historicamente excluídos.

Outra mudança fundamental a ser registrada é a postura republicana e democrática assumida pelo governo Lula ao reconhecer que o Estado tem uma dívida histórica com os cerca de 65 milhões de brasileiros e brasileiras com 15 anos ou mais que não completaram as oito séries do ensino fundamental. Como é possível pensar numa sociedade moderna e inclusiva, na qual todos os membros tenham os mesmos direitos e garantias, se um em cada três brasileiros não tem o ensino fundamental? Desses 65 milhões, 33 milhões nem completaram as quatro séries iniciais. Podem ser considerados, portanto, como analfabetos funcionais. E desses 33 milhões, cerca de 15 milhões são analfabetos absolutos. Os jovens e adultos que não tiveram atendido o seu direito à educação na idade própria continuam portadores deste direito básico de cidadania e, portanto, não podem permanecer excluídos do sistema educacional. O Programa Brasil Alfabetizado pretende constituir-se como uma porta de entrada para programas de educação de jovens e adultos.

Um segundo componente da dívida educacional é a situação de desvantagem na qual se encontra a população afro-descendente. Para exemplificar, vamos comparar a distância entre a escolaridade de dois jovens de 25 anos, um negro e outro branco. Lembremos que, em qualquer sociedade desenvolvida contemporânea, um jovem de 25 anos está no auge de seu ciclo educacional. No Brasil, a distância entre a escolaridade de um jovem branco e um jovem negro de 25 anos é escandalosa. Enquanto o jovem branco tem em média 8,4 anos de estudo, o jovem negro tem em média 6,1 anos de estudo. Obviamente, aos 25 anos de idade nós esperaríamos que todos os jovens tivessem acima de 11 anos de estudo, com o ensino básico completo e uma parte significativa da população nesta faixa etária com ensino universitário. A escolaridade média do jovem brasileiro é, portanto, extremamente baixa quando comparada aos indicadores dos países desenvolvidos e até mesmo da maioria dos países em desenvolvimento.

Porém, apesar de nos colocar numa posição vergonhosa em qualquer comparação internacional, não é a escolaridade média atual da população que interessa destacar aqui. Quando examinamos a mobilidade educacional numa perspectiva intergeracional, chegamos à

conclusão de que a distância de escolaridade entre os pais dos dois jovens de 25 anos é também de 2,3 anos de estudo. E se nós regredirmos nossa análise comparativa mais algumas décadas, vamos constatar que a escolaridade média dos avós desses jovens apresentava um intervalo muito semelhante. De fato, a distância do avô do jovem branco e do avô do jovem negro é de 2,2 anos de estudo. Ou seja, o “hiato racial” tem permanecido invariável ao longo dos anos, o que revela como o sistema educacional brasileiro tem funcionado como um mecanismo de reprodução das hierarquias étnico-raciais existentes na sociedade.

Um olhar crítico sobre a evolução do perfil educacional da população brasileira nas quatro últimas décadas identifica duas tendências aparentemente contraditórias. De um lado, observa-se certa eficácia no sistema de ensino, pois houve um aumento acentuado na escolaridade média da população, tendência que beneficiou todos os grupos sociais. No entanto, se é verdade que a média de anos de estudo evoluiu positivamente para todos os segmentos da população, esta melhoria não contribuiu para encurtar as distâncias entre brancos e negros, que se mantiveram praticamente invariáveis. Assim, a educação continua sendo um fator de exclusão, contribuindo para o congelamento e a manutenção do *status quo*. Mantida a velocidade atual de aumento da escolaridade média da população afro-descendente, a sua desvantagem educacional em relação à população branca só será compensada em mais de meio século. Para termos uma medida de comparação, os desníveis educacionais entre brancos e negros são mais acentuados e mais estáveis no Brasil do que na África do Sul, que viveu sob o regime do *apartheid* por mais de meio século. Os níveis de escolaridade na África do Sul são maiores e as distâncias raciais são menores.

Impedir que as diferenças continuem sendo transformadas em desigualdades é um dos maiores desafios que temos pela frente. Para enfrentá-lo, é preciso refletir sobre o ensino dito “universal” que temos hoje no Brasil e, sobretudo, questionar criticamente o papel que tem sido desempenhado pela escola pública. Certamente, este exercício levará à constatação de que a escola continua operando como um mecanismo de exclusão. Não se trata aqui de culpar os profissionais da educação por este fracasso, pois a escola pública não está equipada, nem materialmente nem pedagogicamente, para atender crianças, adolescentes e jovens de diferentes extratos sócio-econômicos e culturais. Nós construímos um sistema escolar pressupondo um estereótipo de aluno proveniente de ambientes familiar e comunitário idealizados. Porém, a maioria das crianças e jovens que frequenta a escola pública vive em famílias, comunidades e contextos sociais muito distintos daquele ideal de classe média no qual a organização escolar se inspirou.

Esta disfunção do sistema escolar é agravada pela distância abissal que separa a classe média brasileira – que tende a um certo padrão europeu do ponto de vista dos direitos – das classes populares, com as quais a

escola pública não tem sido capaz de interagir. Além das suas deficiências estruturais, a escola pública acaba, com muita frequência, sendo “privatizada” por seus gestores, que podem estar agindo de boa-fé, com o intuito de defendê-la e protegê-la. Refiro-me à sua privatização no sentido simbólico, que denota a resistência de muitos diretores e professores de escolas de bairros populares nas periferias do Recife, do Rio de Janeiro, de São Paulo, e das demais metrópoles brasileiras tenham enormes dificuldades para incorporar os saberes locais, produzidos pelas comunidades do seu entorno, estabelecendo, assim, uma interação efetiva entre a escola e seu meio social.

No entanto, de forma não paradoxal, a escola pública talvez seja o último espaço verdadeiramente republicano que nos resta. Nem as praças e parques públicos, nos grandes centros urbanos, podem ser considerados genuinamente republicanos, dada à apartação social e geográfica que restringe o uso destes espaços. Os condomínios fechados e a instalação de cancelas para impedir a livre circulação em ruas que dão acesso a áreas residenciais nobres dão testemunho do processo acelerado de privatização dos espaços urbanos em curso no Brasil. Portanto, o reconhecimento da escola pública como o último espaço republicano coloca-nos diante de um dilema e de uma urgência. O dilema decorre da fragilidade histórica desta instituição republicana no Brasil, que resiste a interagir com ambientes familiares mais complexos e com as comunidades mais desfavorecidas. A urgência que se apresenta é exatamente a tarefa de (re) construir a escola pública de acordo com uma concepção republicana e democrática que reconhece a legitimidade da cultura e dos saberes locais, buscando incorporá-los e validá-los. A extensão universitária pode dar uma grande contribuição a esta tarefa.

Esta é a prioridade da agenda educacional do governo Lula, que assume, assim, a liderança do esforço para resgatar a missão republicana da escola pública e superar a fragilidade institucional para realizá-lo. A tarefa de ‘republicanizar’ a escola pública pressupõe a desnaturalização das desigualdades, fator gerador de pobreza e exclusão. A sociedade brasileira não pode contentar-se apenas com uma política que garanta a retomada do crescimento econômico. É preciso redefinir o contrato social, estabelecendo o princípio de equidade como base da cidadania e do projeto de nação que queremos construir. A ‘republicanização’ do sistema de ensino é um passo crucial nesta direção. Este processo de democratização deve ir além da educação formal, incorporando e valorizando a riqueza de experiências de educação popular em todo o País. Obviamente, a escola pública – e estamos falando aqui de cerca de 190 mil escolas de ensino básico espalhadas pelo território nacional – e a universidade pública têm um papel absolutamente central na construção de um sistema educacional republicano e democrático.

Para que a escola pública se torne a base de uma

sociedade democrática, é indispensável que ela reconheça e valorize as diferenças e resista a toda forma de desigualdade. Isso significa uma ruptura com o modelo histórico de desenvolvimento brasileiro que nega o direito à diferença em nome de um simulacro de igualdade. A agenda de inclusão, ao contrário, preconiza o respeito às diferenças como condição para a cidadania. Isso significa, acima de tudo, reconhecer a pluralidade dos sujeitos que constituem a sociedade brasileira, com sua diversidade étnico-racial, regional e cultural.

Nesta agenda de inclusão, atenção especial deve ser dada à juventude das periferias urbanas e à população do campo. É sempre bom lembrar que o campo não é apenas um espaço geográfico diferenciado, mas um espaço social constituído por uma multiplicidade de sujeitos e por culturas regionais diferenciadas. As políticas públicas, particularmente de educação, precisam levar em conta as histórias e aspirações destes sujeitos, o que requer um processo participativo na sua formulação e implementação. Conforme já foi dito, a expansão da cobertura escolar nas últimas décadas não contribuiu para a redução das desigualdades educacionais, nem muito menos das desigualdades sociais e econômicas. Não vamos resolver esta equação apenas com políticas universais. Tratar igualmente os desiguais não satisfaz o princípio da equidade, valor norteador das ações do Estado democrático.

Chegou a hora, portanto, de reconhecer as diferenças. Isso significa também redefinir o papel da escola pública. Não basta a adoção de mecanismos diferenciados de acesso para estudantes provenientes de escolas públicas, combinados com critérios étnico-raciais. Esta discriminação positiva é um imperativo de equidade e justiça social, pois reconhece a condição de subalternidade e exclusão imposta aos afro-descendentes, indígenas, camponeses e pobres, de modo geral.

Obviamente, as políticas de ação afirmativa não podem ser reduzidas a cotas e não são uma resposta suficiente, mas são medidas de curto prazo que se justificam diante do quadro de exclusão social e racial vigente no Brasil. É preciso, no entanto, que estas iniciativas venham acompanhadas de um choque de qualidade na escola pública, desde a educação infantil ao ensino médio. Só assim vamos garantir, no médio prazo, equidade de acesso e permanência na educação superior. Este salto de qualidade na escola pública será possível, repito, apenas se as universidades assumirem um compromisso efetivo com os sistemas de ensino. A extensão universitária deve cooperar para a melhoria da escola pública, propiciando aos alunos das licenciaturas a oportunidade de conhecer a realidade social na qual vão atuar como professores.

Portanto, a extensão universitária precisa adotar uma agenda que contribua para a mobilização das comunidades e a valorização dos saberes locais, ensejando novas práticas pedagógicas. A escola pública tem fracassado na sua missão primordial de preparar nossos jovens para a vida e para o trabalho. As altas taxas de

evasão e abandono evidenciam este fracasso. A descontextualização dos conteúdos e práticas pedagógicas em sala de aula tem contribuído para alienar os jovens e expulsá-los precocemente da escola. Para interromper este círculo vicioso é imprescindível a mobilização das comunidades em torno da escola e a incorporação dos saberes locais no currículo escolar.

A extensão universitária tem um papel importante nesse processo, pois pode contribuir para estabelecer o diálogo entre o conhecimento científico produzido pela universidade e os saberes locais produzidos pelas comunidades. A partir desse encontro, poderão ser criadas novas práticas pedagógicas que ajudarão a construir uma escola que tenha maior relevância e afinidade em relação à cultura, expectativas, interesses, desejos e motivações dos jovens.

A relação entre a escola e a comunidade deve constituir-se como um espaço permanente de negociação. O saber especializado produzido pelas instituições de ensino superior, especialmente as instituições que formam os professores, tem que ser um elemento chave neste processo dialógico pelo qual a escola e a comunidade interagem na construção de um currículo que seja culturalmente relevante para os sujeitos naquele entorno social. Isso pressupõe a emergência de novos saberes, a partir da realidade na qual a escola está inserida. A extensão universitária tem que assumir o protagonismo nesse processo, de forma articulada com os sistemas estaduais e municipais de ensino.

A estrutura universitária necessita reconhecer a atividade de extensão como um elemento de excelência. Isso implica uma revisão do sistema interno de valores universitários admitindo que, sobretudo em realidades como a brasileira, a qualidade da educação é função direta da pertinência e relevância social. Mérito e relevância social se associam como elementos chaves da qualidade dos sistemas de ensino.

Outro elemento importante a ser resgatado é a necessidade de valorização da localidade enquanto espaço político, sócio-econômico e cultural. A idéia, portanto, é que a educação se torne o eixo estratégico de um projeto de desenvolvimento sustentável das comunidades locais, cuja construção deve se dar de forma participativa. A universidade pode ser indutora deste processo. A Constituição de 1988 foi extremamente inovadora ao ampliar a autonomia política do município e ao incentivar a descentralização das políticas públicas, sobretudo na área social. No entanto, não foram criados os instrumentos administrativos e financeiros adequados para permitir que essa autonomia fosse exercida na prática. Daí um certo frenesi na criação de conselhos municipais para fiscalizar programas federais, estaduais e municipais. Na maioria dos casos, porém, estes conselhos não são repre-

sentativos nem exercem um controle social efetivo. Ao invés de conquistar sua autonomia, grande parte dos 5.560 municípios brasileiros vive numa situação de dependência e de certo abandono.

Este sistema gera uma falsa tensão entre indução, direcionalidade e participação. A meu ver, na realidade contemporânea brasileira, só é possível assegurar um sistema de controle social e participação efetiva da comunidade na formação e execução das políticas públicas se houver um processo de indução de um novo patamar ético de solidariedade na negociação dos valores que informam estas políticas. Para que isso ocorra, faz-se necessário que todos os níveis de governo dialoguem com o saber acadêmico e com os saberes locais. Isso é absolutamente fundamental para que o Estado exerça um poder legítimo que não se expresse somente através da regulação social e econômica, mas da indução de novas práticas políticas que fortaleçam a cidadania e a participação nas decisões.

O último elemento que deve permear esta agenda de inclusão é o desafio da construção de um espaço público que não seja estritamente estatal. Diante da fratura social produzida pela desigualdade – que se manifesta de forma particularmente aguda na educação – não podemos esperar que os governos resolvam todos os problemas. Os governos não são capazes de fazer isso sozinhos. Isso deve ser uma tarefa da sociedade – o que não significa isentar o governo federal e os governos estaduais e municipais das suas responsabilidades constitucionais. Evidentemente, cabe ao governo federal assumir a tarefa de regulação e de constituição da institucionalidade desse processo.

Mas ao mesmo tempo, é fundamental que a sociedade civil organizada, as universidades e o setor privado tenham um papel ativo na construção de um espaço público não-estatal. É na confluência entre o Estado e este espaço de *concertação social* que se torna possível pensar a política de alfabetização de jovens e adultos no Brasil – uma política que tem como meta a inclusão social e a diversidade como elemento organizador.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) tem revelado um dado muito preocupante: das pessoas entrevistadas que informam que o único processo de escolaridade ao qual elas tiveram acesso foi a alfabetização, cerca de 60% se declaram analfabetas. Ou seja, a maioria dos jovens e adultos que não frequentaram o ensino formal continua analfabeta mesmo depois de passar por cursos aligeirados de alfabetização. Neste grupo populacional, conforme tem sido confirmado por diversas pesquisas, o índice de reincidência do analfabetismo é muito alto.<sup>2</sup>

Em face desta realidade, que enfoque deve ser dado a uma política pública conseqüente de alfabetização de

2. Esta informação da PNAD não deve ser lida de forma linear ou mecânica. Na medida em que a condição de analfabetismo e iletramento é estritamente relativa a um patamar social de conhecimento e aprendizagem, a exposição de adultos a processos de escolarização formal ou não formal gera um aumento de sua compreensão crítica da condição de letramento. A percepção desses adultos pode referir-se a uma concepção mais apurada da condição de analfabetismo conduzindo a que se auto definam como "analfabetos", mesmo em um patamar de conhecimento das regras formais de leitura e escrita superior ao que dispunham anteriormente.

jovens e adultos? Primeiro, é preciso que a alfabetização seja entendida como uma porta de entrada para um processo de educação continuada e não como um fim em si. Coerente com esta visão, o Programa Brasil Alfabetizado concebe a alfabetização de jovens e adultos como parte do esforço de inclusão educacional e social. Portanto, o que se pretende é criar oportunidades e incentivos para que os alfabetizados possam continuar os estudos em programas de educação de jovens e adultos. Uma das modalidades que está sendo expandida é a Educação de Jovens e Adultos (EJA) profissionalizante, como objetivo de estreitar o vínculo entre educação e geração de oportunidades de emprego e renda.

A articulação entre o Programa Brasil Alfabetizado e as demais políticas sociais de inclusão é o segundo aspecto que deve ser ressaltado no esforço que vem sendo coordenado pelo governo federal para garantir o direito de todos à educação. A principal inflexão na agenda de inclusão é decorrente desta mudança de abordagem para a questão da alfabetização, que substituiu o caráter de *campanha* disseminado em nosso passado por uma visão de política pública. Acredito que, ao comprometer-se com a agenda de inclusão, a extensão universitária poderá desenvolver ações que terão impactos em todas as comunidades do Brasil. Não basta que as universidades cooperem com o esforço de alfabetização de jovens e adultos, embora esta cooperação seja desejável e indispensável. É preciso que elas avaliem as metodologias e as experiências de alfabetização que estão sendo realizadas em todo o País e que, a partir do conhecimento adquirido, desenvolvam métodos mais eficazes e criativos. As universidades podem contribuir ainda na articulação da alfabetização com as outras agendas de inclusão educacional que valorizem a diversidade.

Em sintonia com a política educacional em vigor, a SECAD/MEC defende a educação como um direito de todos, independentemente do momento do ciclo da vida. Mas ela entende também que, tão importante quanto construir um pacto pela inclusão educacional é construir um pacto pela diversidade. Este pacto deve reafirmar o direito à diferença, incorporando a perspectiva da diversidade como elemento constitutivo da escola enquanto espaço republicano. Neste sentido, a diversidade deixa de ser uma temática a ser incluída no currículo para tornar-se uma prática pedagógica. A diversidade não é apenas conteúdo, mas é forma. Não é simples teoria, mas *práxis*.

A pauta de políticas para diversidade e inclusão sob a responsabilidade da SECAD refere-se a comunidades quilombolas, educação escolar indígena, educação ambiental, educação do campo, educação da população prisional, educação de jovens e adultos, ações complementares no contra-turno escolar, escolas abertas à comunidade e ações afirmativas para acesso e permanência qualificada de negros, indígenas e estudantes de escolas públicas no ensino superior. Trata-se, sem dúvida, de uma agenda extensa e ambiciosa da qual a SECAD não poderá dar conta sozinha. Além da neces-

sária e indispensável colaboração dos sistemas de ensino, esperamos encontrar nas universidades públicas o apoio e a reflexão crítica que farão esta agenda avançar na sociedade brasileira. A extensão universitária, com as experiências e discussões acumuladas, é uma aliada natural na implementação de políticas e ações para a diversidade e inclusão.

É importante registrar que, internamente, a SECAD vem trabalhando em elevada sinergia com as demais secretarias do MEC, em particular com a Secretaria de Educação Superior (SESu). Esta integração interna permite que, por meio dos canais institucionais apropriados, seja estabelecido um diálogo qualificado com as universidades públicas visando integrar a nova agenda de inclusão aos programas de extensão universitária. Ao comprometer-se com as políticas para diversidade e inclusão, as universidades estarão se colocando a serviço das comunidades mais desfavorecidas e, a partir dos conhecimentos adquiridos através da pesquisa acadêmica e das atividades de extensão, poderão contribuir significativamente para que o País realize o seu projeto histórico de desenvolvimento sustentável, com equidade e justiça social.

Nelson Rodrigues, dramaturgo brilhante e conservador, certa feita afirmou que: "Subdesenvolvimento não se improvisa. Subdesenvolvimento é uma obra de séculos." Assimilando o caráter provocativo desta frase creio que a reflexão sobre o papel da extensão universitária e suas relações com as questões de cidadania e inclusão social necessita entender que desenvolvimento também não se improvisa. O desenvolvimento requer muito planejamento, muita consciência, muita persistência, muito rigor, muito trabalho, muita solidariedade, muita mobilização e – como corolário – muita participação de todas as forças sociais. O desenvolvimento requer que as portas do saber e do conhecimento não sejam apenas abertas, mas escancaradas para que todos tenham livre acesso. Desenvolvimento requer universidades integradas à sociedade e abertas a todos.

Portanto, o desenvolvimento nunca poderá ser algo de improvisto. Além disso, a realização planejada desta obra não pode mais demorar séculos, nem décadas. E para que esta obra seja construída com a participação de todos e seus benefícios sejam socialmente compartilhados, nós temos que transformar o reconhecimento e a valorização das diferenças na pedra angular do nosso projeto de desenvolvimento. Porque somente reconhecendo a diversidade como valor e como base da nossa identidade nacional poderemos enfrentar as dimensões naturalizadas da desigualdade educacional e social e construir uma educação inclusiva e emancipatória. Esta educação, por sua vez, será propulsora do novo modelo de desenvolvimento sustentável. E para que a educação cumpra este papel, precisamos incorporar a diversidade como elemento constitutivo de uma nova escola, republicana e radicalmente democrática. Estaremos, assim, contribuindo para uma sociedade livre, plural e justa.